

ENTREVISTA COM JOSÉ LOPEZ FEIJÓO

Secretário de Relações de Trabalho do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos

RCT - Como o senhor avalia a retomada da Mesa Nacional de Negociação Permanente do governo Lula com as entidades representativas dos/as servidores/as públicos/as federais, agora em 2023?

JOSÉ LOPEZ FEIJÓO - É importante registrar que a instalação do sistema de negociação, composto de três mesas, é uma aposta no fortalecimento da organização sindical e na consolidação de um sistema democrático de relações do trabalho.

A Mesa Nacional de Negociação Permanente entre o governo federal e os/as servidores/as públicos/as foi criada no primeiro mandato do governo Lula e esteve em funcionamento até o golpe de 2016, que depôs a presidenta Dilma Rousseff. A partir daí, a Mesa foi interrompida, porque, claramente, uma das intenções do golpe era um ataque sistemático à organização sindical de trabalhadores e trabalhadoras, retirando direitos, buscando enfraquecer as entidades sindicais, para que elas não tivessem capacidade, ou tivessem diminuída a sua capacidade de reagir aos ataques. Assim, durante os governos Temer e Bolsonaro, a existência de um sistema de negociação com servidores/as federais não teria sentido, quando a intenção era enfraquecer a organização sindical, como eles fizeram com as diversas propostas e leis que alteraram as relações do trabalho e o processo negocial no Brasil, na iniciativa privada. O desmanche da Mesa de Nacional de Negociação Permanente dos/as trabalhadores/as do setor público no âmbito federal obedeceu a mesma lógica.

Com a nova vitória do presidente Lula, em outubro de 2022, e o início do seu governo, a partir de janeiro de 2023, restabelece-se o princípio de que, numa democracia, a organização sindical faz parte do sistema democrático, sendo um dos seus pilares. Como este é um governo que aposta na democratização das relações de trabalho, estamos estabelecendo um sistema negocial, composto desse conjunto de mesas.

A primeira mesa, que é chamada Mesa Nacional de Negociação Permanente, é uma mesa que recebe anualmente as pautas das entidades sindicais representativas dos servidores e servidoras públicos/as federais e que, ao longo do ano, em reuniões trimestrais regulares - ou extraordinárias, sempre que necessário -, dá tratamento a essa pauta.

Além da Mesa Nacional de Negociação Permanente, que tem esta ca-

racterística, o sistema engloba também o que nós chamamos de Mesas Setoriais de Relações de Trabalho, que podem ser criadas -talvez criadas não seja a melhor palavra -, mas podem ser estabelecidas nos órgãos do serviço público federal, para tratarem de demandas das entidades sindicais representativas de trabalhadores e trabalhadoras daqueles órgãos ou ministérios. Elas têm por objetivo a melhoria das condições e do ambiente de trabalho, respondem a demandas imediatas e que, muitas vezes, não têm um impacto financeiro, como têm a reestruturação de carreiras ou os reajustes salariais. Essa é uma segunda mesa, que é chamada Mesa Setorial.

E a terceira mesa, que é a Mesa Específica de Negociação Temporária, que recepciona as demandas dos sindicatos representativos relativas à reestruturação de carreiras, ou mesmo demandas de caráter remuneratório ou de benefícios. Portanto, essa terceira mesa é específica para as carreiras - e é temporária, porque se esgota, quando se esgota a pauta específica de negociação.

Então, como se pode ver, é um sistema democrático de relações de trabalho, que busca cobrir todos os espaços relativos à vida do servidor e da servidora pública federal. Como eu disse, trata-se de um governo que aposta na democratização das relações de trabalho e no fortalecimento das entidades sindicais. Então, estabelece esse conjunto de mesas para democratizar essas relações e valorizar o processo de negociação e de respeito às entidades sindicais.

RCT - Quais os principais temas que estão em pauta nessas negociações?

JOSÉ LOPEZ FEIJÓO - As pautas são diversas e abrangem diversos tipos de reivindicações, que vão desde questões relativas, por exemplo, à possibilidade de liberação de dirigentes sindicais para exercerem o seu mandato, a questões também de caráter remuneratório e de benefícios. Então, as mesas têm uma variedade de temas, assim como o conjunto de carreiras que compõem o serviço público é bastante grande e pode-se imaginar que as pautas são diversas e abrangem os mais diversos aspectos da vida do servidor e da servidora pública.

Com relação a esse processo, ainda na linha da democratização das relações de trabalho e do fortalecimento das entidades sindicais, o governo pretende que este sistema se configure como uma política de Estado e não apenas de um governo. Com esse propósito, foi criado, por decreto do presidente Lula, um Grupo de Trabalho - já em funcionamento -, que tem por objetivo regulamentar a Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e sua Recomendação 159, estabelecendo, portanto, um arcabouço legal que garanta o processo de negociação para servidores e servidoras públicas.

Com isso, resolve-se o que eu chamo de uma pendência histórica da Constituição de 1988, que reconheceu, em todos os âmbitos da administração

pública, seja municipal, estadual ou federal, o direito de servidores e servidoras públicas se organizarem em sindicatos, mas não estabeleceu o direito à negociação coletiva para suas entidades sindicais.

A ratificação, pelo Congresso Nacional, em 2010, no final do segundo governo Lula, da Convenção 151 da OIT e a sua promulgação, pela presidenta Dilma, em 2013, agora se complementam nesse Grupo de Trabalho, que vai apresentar uma proposta de regulamentação dessa Convenção, garantindo, portanto, o direito à negociação para as entidades sindicais representativas de servidores e servidoras.

RCT - Quais os principais desafios/constrangimentos a serem enfrentados nas futuras negociações com os servidores federais?

JOSÉ LOPEZ FEIJÓO - Eu diria que um dos principais desafios a serem enfrentados nas futuras negociações do governo com servidoras e servidores federais, por um lado, é o aprendizado do próprio processo de negociação, porque, na medida em que esta prática seja estabelecida e regulamentada, é preciso desenvolver toda uma prática negocial. E isso demanda tempo de mesa, tempo de negociação, então esse é um desafio.

Outro desafio, comum a todo governo, é o desafio orçamentário; a disponibilidade de recursos para melhoria de remuneração, para melhoria de benefícios dos servidores e servidoras *vis-à-vis* a necessidade de que o orçamento público federal dê conta de todas as dimensões do Estado brasileiro. Essas dimensões envolvem desde a manutenção ou implementação de políticas sociais - sejam elas na área da educação, da saúde, da habitação popular, sejam em programas como Bolsa-Família -, até os programas de investimento de que o Brasil precisa, por exemplo, em infraestrutura capaz de dinamizar a economia brasileira e propiciar crescimento. Então, é sempre uma disputa muito forte pelo orçamento público, onde se inserem também os servidores e servidoras, que buscam melhorar a qualidade das suas remunerações e de seus benefícios. E isso é uma questão que tem que ser enfrentada a cada negociação.

Então, eu diria que os principais desafios são o aprendizado da própria negociação e os desafios característicos de um Estado que precisa cuidar de um país que tem 205 milhões de habitantes e um milhão e meio de servidores públicos federais, ativos e aposentados, cujas demandas, muitas vezes, têm impactos orçamentários, que precisam ser considerados no bolo orçamentário total. Acho que esses são os principais desafios. Agora, quando você estabelece um processo permanente de diálogo, sempre é possível buscar saídas e soluções para os problemas, desde que as negociações se estabeleçam de boa-fé entre as partes.
